

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO	178/2018
MODALIDADE	Pregão Eletrônico
Nº DA MODALIDADE	017/2018

EDITAL

O **CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE MINAS GERAIS**, Autarquia Federal criada pelo Decreto-Lei nº 9.295/46, CNPJ: 17.188.574/0001-38, torna público, para ciência dos interessados, que por intermédio de seu Pregoeiro, designado pela Portaria CRCMG nº 105/2018, realizará licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO**. O procedimento licitatório observará integralmente as disposições da Lei nº 10.520/2002; dos Decretos nº 5.450/2005, nº 8.538/2015 e nº 2.271/1997; da Lei Complementar nº 123/2006, alterada pelas Leis Complementares nº 155/2016 e nº 147/2014, das Instruções Normativas SEGES/MP nº 5/2017 e SEGES/MP nº 3/2018; aplicando-se, subsidiariamente, as normas da Lei nº 8.666/93, bem como pelas condições estabelecidas neste Edital.

DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO:

A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, dirigida pelo Pregoeiro designado, a ser realizada de acordo com a legislação mencionada no preâmbulo deste Edital conforme indicado abaixo:

Data da abertura das propostas: **4/9/2018**

Horário da abertura das propostas: **09h40min**, respeitando o horário de Brasília/DF.

Endereço eletrônico: www.comprasgovernamentais.gov.br

UASG: 925152

1. DO OBJETO

1.1. A presente licitação tem como objeto a seleção da proposta mais vantajosa para contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva dos ar-condicionados instalados na sede do Conselho Regional de Contabilidade de Minas Gerais, incluindo os materiais e as ferramentas necessários à execução dos serviços, durante o período de 12 (doze) meses, conforme condições e especificações estabelecidas no Anexo I – Termo de Referência deste Edital.

1.2. O portal do CRCMG está disponível no endereço eletrônico www.crcmg.org.br.

1.3. Integram este Edital os anexos I, II, III, IV e V.

2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no plano de trabalho do CRCMG para o exercício de 2018, conforme indicação abaixo:

Projeto: 5008	Centro de Custo: 321	Conta contábil: 6.3.1.3.02.01.029
---------------	----------------------	-----------------------------------

3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar desta licitação **SOMENTE** empresas enquadradas como **MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**, que atendam integralmente às condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, nos termos do art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006, bem como, que estiverem previamente credenciadas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf e perante o sistema eletrônico provido pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (SLTI), por meio do sítio www.comprasgovernamentais.gov.br.

3.1.1. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto à SLTI, onde também deverão informar-se a respeito do seu funcionamento e regulamento e receber instruções detalhadas para sua correta utilização.

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO	178/2018
MODALIDADE	Pregão Eletrônico
Nº DA MODALIDADE	017/2018

3.1.2. O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao CRCMG, promotor da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.1.3. Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

3.1.3.1. Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

3.1.3.2. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital;

3.1.3.3. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

3.1.3.4. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.

3.1.3.5. Que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 16 de setembro de 2009.

3.2. Não poderão participar desta licitação as empresas:

3.2.1. Concorratórias ou em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;

3.2.2. Que estejam cumprindo suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração ou que tenham sido declaradas inidôneas por qualquer órgão da Administração Pública;

3.2.3. Reunidas em consórcio ou que sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si, ou ainda, qualquer que seja sua forma de constituição;

3.2.4. Impedidas nos termos do artigo 9º da Lei nº 8.666/93;

3.2.5. Estrangeiras que não funcionem no País.

4. DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

4.1. As licitantes ou seus representantes legais deverão estar previamente credenciados, junto ao órgão provedor do sistema eletrônico.

4.2. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, corporativo e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br.

4.3. O credenciamento da licitante dependerá de registro cadastral atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, e cujo objeto social seja pertinente e compatível com o objeto desta licitação.

4.4. A chave de identificação e a senha poderão ser utilizadas em qualquer pregão na forma eletrônica, salvo quando cancelada por solicitação do credenciado ou em virtude de seu descadastramento perante o SICAF.

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO	178/2018
MODALIDADE	Pregão Eletrônico
Nº DA MODALIDADE	017/2018

4.5. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema, para imediato bloqueio de acesso.

4.6. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal da licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão na forma eletrônica.

5. DO ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS

5.1. A proposta deverá ser encaminhada por meio do sistema eletrônico www.comprasgovernamentais.gov.br, mediante senha privativa da licitante. O encaminhamento da proposta eletrônica pressupõe o conhecimento e a aceitação de todas as condições contidas neste Edital e seus Anexos, tais como:

5.1.1. Conformidade com as especificações constantes no Anexo I - Termo de Referência, bem como o prazo da prestação dos serviços.

5.1.2. Condições de pagamento, que será até o 10º (décimo) dia útil, do mês subsequente ao da prestação dos serviços, após a prestação dos serviços e da apresentação da nota fiscal.

5.1.3. Prazo de validade da proposta, que deverá ser de, no mínimo, 60 (sessenta) dias.

5.2. A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras sua proposta e subseqüentes lances, se for o caso.

5.3. Incumbirá à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.4. A proposta eletrônica de preços deverá conter o **valor global** do serviço e poderá ser inserida a partir do dia da divulgação do Edital até a data e horário estabelecidos no preâmbulo deste Edital, exclusivamente pelo sítio eletrônico www.comprasgovernamentais.gov.br.

5.5. A licitante enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar, em campo próprio do Sistema, que atende aos requisitos do art. 3º da LC nº 123/2006, para fazer jus aos benefícios previstos nessa lei.

5.6. Como requisito para a participação no pregão, a licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências deste Edital.

5.6.1. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará a licitante às sanções previstas na Lei nº 10.520/2002.

5.7. Até a abertura da sessão, as licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

5.8. O critério de julgamento da proposta será o de **MENOR PREÇO GLOBAL**.

6. DA ABERTURA E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS ELETRÔNICAS DE PREÇOS

6.1. Na data e horário estabelecidos no preâmbulo deste Edital, terá início a sessão pública com a divulgação dos valores das propostas eletrônicas recebidas, não havendo nesse momento a identificação dos participantes, o que só ocorrerá após o encerramento dessa etapa, conforme regras estabelecidas neste Edital e em cumprimento com as normas vigentes.

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO	178/2018
MODALIDADE	Pregão Eletrônico
Nº DA MODALIDADE	017/2018

6.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

6.3. O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo Pregoeiro, sendo que somente estas participarão da fase de lance.

7. DA FORMULAÇÃO DOS LANCES

7.1. Iniciada a etapa competitiva, as licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico www.comprasgovernamentais.gov.br, sendo, a licitante, imediatamente informada do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.2. As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.

7.3. A licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado pelo sistema.

7.4. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

7.5. A redução do preço proposto, decorrente dos lances, ou de negociação direta com o Pregoeiro, deve incidir de forma linear sobre o preço global do item que compõem o objeto deste Edital.

7.6. Durante o transcurso da sessão pública, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação da licitante.

7.7. Durante a fase de lances, o Pregoeiro poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja manifestamente inexequível.

7.8. No caso de desconexão do Pregoeiro, no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

7.8.1. Quando a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão será suspensa e terá reinício somente após comunicação aos participantes, no endereço eletrônico utilizado para divulgação.

7.9. A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do Pregoeiro, mediante aviso de fechamento iminente dos lances, emitido pelo sistema eletrônico às licitantes, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado também pelo sistema eletrônico, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

8. DA NEGOCIAÇÃO

8.1. O Pregoeiro poderá encaminhar contraproposta diretamente à licitante que tenha apresentado o lance mais vantajoso, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação.

8.1.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

9. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA DE MELHOR LANCE

9.1. Após o encerramento da etapa de lances, a licitante que apresentou o melhor lance deverá encaminhar, **no prazo máximo de 1 (uma) hora**, preferencialmente, via sistema Comprasnet, por meio da opção "Enviar Anexo", ou, alternativamente, via e-mail para o endereço eletrônico licitacao@crcmg.org.br, mediante convocação do Pregoeiro:

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO	178/2018
MODALIDADE	Pregão Eletrônico
Nº DA MODALIDADE	017/2018

9.1.1. **A Proposta de Preços**, Anexo II – Modelo de Proposta, que deverá indicar o **valor global** dos serviços, adequado ao último lance apresentado, se for o caso;

9.2. O prazo para envio da proposta, acima previsto, poderá ser prorrogado por mais 1 (uma) hora, mediante solicitação escrita e justificada da licitante, via chat do sistema Comprasnet, formulada antes de findo o prazo estabelecido e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

9.3. A proposta anexada ao sistema ou enviada via e-mail, após a convocação do Pregoeiro, será meramente para conferência, devendo ser solicitada em original ou cópia autenticada, em momento oportuno.

9.4. Não poderá ser alterado o conteúdo da proposta apresentada, ressalvadas as alterações que se destinem a sanar evidentes erros formais, as quais deverão ser avaliadas pelo Pregoeiro.

9.5. No preço que vir a oferecer, deverão ser incluídas todas as despesas de taxas, fretes, enfim, todos os encargos fiscais, comerciais, trabalhistas e previdenciários, resultantes da execução do objeto deste Procedimento.

9.6. Não serão admitidas propostas que apresentem valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado.

9.7. Não serão aceitas propostas com valores unitários e global superiores aos estimados ou com preços manifestamente inexequíveis.

9.7.1. Considerar-se-á inexequível a proposta que não venha a ter demonstrada sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos envolvidos na contratação são coerentes com os de mercado do objeto deste Pregão.

9.8. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta à licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

9.9. Nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com a licitante para que seja obtido preço melhor.

9.9.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

9.10. O Pregoeiro poderá suspender a sessão, para análise dos serviços ou produtos discriminados na proposta de preços, caso entenda ser necessária uma avaliação técnica do setor solicitante.

9.10.1. A sessão será restabelecida, no dia e horário informado no chat e registrado no sistema Comprasnet, quando da suspensão.

9.11. A licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a proposta de preços indicada nessa sessão, dentro do prazo estabelecido, será desclassificada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste Edital.

10. DA HABILITAÇÃO

10.1. Concomitantemente à análise da proposta de preços classificada em primeiro lugar ou, em alguns casos, após a sua aceitação, como condição prévia ao exame da documentação de habilitação da

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO	178/2018
MODALIDADE	Pregão Eletrônico
Nº DA MODALIDADE	017/2018

licitante detentora, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de ocorrências impeditivas da participação no certame ou da futura contratação com a Administração, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

10.1.1. SICAF;

10.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

10.1.3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça. (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

10.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante, de eventual matriz ou filial e, também, de seu sócio majoritário.

10.3. Constatada a existência de alguma ocorrência impeditiva, o Pregoeiro recusará a Proposta de Preços e/ou reputará a licitante inabilitada, por falta de condição de participação.

10.4. No caso de inabilitação, o Pregoeiro, obedecendo a ordem de classificação, convocará a próxima licitante para apresentação da proposta e demais documentos.

10.5. Não ocorrendo inabilitação, o Pregoeiro consultará o Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF, em relação à **habilitação jurídica**, à **regularidade fiscal e trabalhista** e à **qualificação econômico-financeira** da licitante, conforme o disposto nos artigos 4º, *caput*, 13, 14, 18 e 43, inciso III, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 2010.

10.5.1. Caso o fornecedor inscrito no SICAF, esteja com a documentação relativa à regularidade fiscal e trabalhista vencida, no referido Sistema, poderão ser consultados, pelo Pregoeiro, os sítios oficiais emissores de certidões.

10.5.2. Quanto à qualificação econômico-financeira, a licitante será considerada habilitada pelo SICAF, desde que o seu cadastro conste a Certidão Negativa de Pedido de Falência e Concordata atualizada.

10.5.2.1. Caso não conste no cadastro do SICAF do fornecedor a Certidão Negativa de Pedido de Falência e Concordata, o documento poderá ser consultado, pelo Pregoeiro, nos respectivos sítios oficiais emissores.

10.5.3. Nos casos em que não forem atendidas às exigências de habilitação no SICAF, no que se refere à **habilitação jurídica (10.5.6.1)**, à **regularidade fiscal e trabalhista (10.5.6.2)** e à **qualificação econômico-financeira (10.5.6.3)** e que o Pregoeiro não lograr êxito em obter as certidões correspondentes através dos respectivos sítios oficiais, poderá convocar a licitante para encaminhar, **no prazo máximo de 2 (duas) horas**, documentos válidos que comprovem o atendimento às exigências deste Edital, sob pena de inabilitação.

10.5.4. Caso a licitante detentora do menor preço seja qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

10.5.4.1. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do Edital.

10.5.5. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, será assegurado o prazo de cinco dias

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO	178/2018
MODALIDADE	Pregão Eletrônico
Nº DA MODALIDADE	017/2018

úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a proponente for declarada vencedora do certame, prorrogável por igual período, a critério do Pregoeiro, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, nos termos do art. 4º, §1º do Decreto nº 8.538/2015 e art. 43, § 1º da Lei Complementar nº 123/2006.

10.5.5.1. A não-regularização da documentação no prazo previsto no subitem anterior implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

10.5.6. Os documentos que deverão ser apresentados pela licitante, nos casos em que não forem atendidas às exigências de habilitação no SICAF, serão os seguintes:

10.5.6.1. Habilitação jurídica

10.5.6.1.1. Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social, em vigor devidamente registrado, acompanhado de todas as alterações ocorridas até a data estabelecida para o envio virtual da proposta, e se sociedade por ações acrescentar documentos de eleição de seus administradores, bem como respectivas alterações, caso existam, igualmente lançadas no registro comercial competente;

10.5.6.2. Regularidade fiscal e trabalhista

10.5.6.2.1. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional: Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

10.5.6.2.2. Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS (Certificado de Regularidade do FGTS – CRF).

10.5.6.2.3. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, expedida pelo Tribunal Superior do Trabalho.

10.5.6.3. Qualificação econômico-financeira

10.5.6.3.1. Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, ou liquidação judicial, ou de execução patrimonial, conforme o caso, expedida pelo distribuidor da sede da licitante ou de seu domicílio, dentro do prazo de validade previsto na própria certidão, ou, na omissão desta, expedida há menos de 01 (um) ano contado da data da sua apresentação.

10.6. Após realizada a consulta ao SICAF, o Pregoeiro convocará a licitante para enviar, **no prazo máximo de 2 (duas) horas**, juntamente com os demais documentos de habilitação a serem solicitados nas situações previstas no item 10.5.3, se for o caso, ou, isoladamente:

10.6.1. Qualificação técnica

10.6.1.1. **Prova de inscrição ou registro da licitante** junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, que comprove atividade relacionada com o objeto deste certame;

10.6.1.2. **1 (um) Atestado de Capacidade Técnica**, que comprove que a **licitante** tenha executado para pessoas jurídicas de direito público ou privado, atividades pertinentes e compatíveis com o objeto desta licitação.

12.6.1.3. **Comprovação da capacitação técnico-profissional da licitante**, ou seja, de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, **profissional de nível superior com formação em ENGENHARIA MECÂNICA** e registro no CREA, detentor de **Atestado de Responsabilidade Técnica** devidamente registrado na entidade profissional competente e acompanhado da respectiva Certidão de Acervo Técnico (CAT) ou Anotação de Responsabilidade

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO	178/2018
MODALIDADE	Pregão Eletrônico
Nº DA MODALIDADE	017/2018

Técnica (ART), que comprove que o profissional tenha executado para pessoas jurídicas de direito público ou privado, atividades pertinentes e compatíveis com o objeto desta licitação.

12.6.1.3.1. O vínculo do Profissional com a licitante deverá ser comprovado por meio da apresentação do contrato social da licitante em que conste o profissional como sócio ou da Certidão de Registro e Quitação de Pessoa Jurídica da licitante, em que conste o Profissional como Responsável Técnico (RT) ou de cópia da carteira de trabalho (CTPS) ou de contrato de prestação de serviços vigente ou, ainda, de declaração de contratação futura, desde que acompanhada de declaração de anuência do profissional.

12.6.1.3.2. O profissional apresentado pela licitante para comprovação da qualificação técnica acima deverá, obrigatoriamente, ser o responsável pelo acompanhamento da execução dos serviços de que tratam o objeto desta contratação.

12.6.1.3.3. No decorrer da execução do serviço, os profissionais de que trata este subitem poderão ser substituídos, nos termos do artigo 30, §10, da Lei nº 8.666, de 1993, por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que a substituição seja aprovada pelo CRCMG.

10.6.1.4. **1 (um) Atestado de vistoria** conforme Anexo IV deste Edital, assinado por um representante CRCMG, comprovando que vistoriou os equipamentos de ar-condicionado e o local em que estão instalados, tomando conhecimento das atuais condições, dimensões e dificuldades que possam oferecer para a perfeita execução dos serviços.

10.6.1.4.1. A vistoria poderá ser realizada até o dia **3/9/2018**, de segunda a sexta-feira, no horário das 09h às 11h30min e das 14h às 17h.

10.6.1.4.2. **A vistoria é facultativa**, podendo o licitante substituir o Atestado de Vistoria pela **Declaração de ciência das informações e condições de execução dos serviços**, conforme Anexo V, assinada em papel timbrado pelo representante legal da empresa, assumindo todos riscos e consequências relativos às condições locais de fornecimento do objeto.

10.6.1.4.3. Necessariamente, a licitante deverá apresentar ou o **Atestado de Vistoria** ou **Declaração de ciência das informações e condições de execução dos serviços**, podendo escolher entre as duas opções a que melhor estiver adequada para sua participação no certame.

10.7. Todos os documentos solicitados deverão ser enviados, preferencialmente, via sistema Comprasnet, por meio da opção "Enviar Anexo", ou, alternativamente, via e-mail para o endereço eletrônico licitacao@crcmg.org.br.

10.8. O prazo para envio da documentação, acima previsto, poderá ser prorrogado, mediante solicitação escrita e justificada da licitante, via chat do sistema Comprasnet, formulada antes de findo o prazo estabelecido e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

10.9. Estando habilitada, a licitante será convocada pelo Pregoeiro a apresentar **no prazo de 3 (três) dias úteis**, contados da data do encerramento do Pregão, na sede do CRCMG, localizada na Rua Cláudio Manoel, 639, Bairro Savassi – CEP: 30.140-105 – Belo Horizonte/MG, **em original ou cópia autenticada**, a **Proposta de Preços (9.1.1)** e os documentos correspondentes à **habilitação jurídica (10.5.6.1)**, à **qualificação econômico-financeira (10.5.6.3)**, quando a certidão prevista no item 10.5.6.3.1 não for emitida de forma eletrônica, e à **qualificação técnica (10.6.1)**.

10.10. A empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país deverá apresentar também o decreto de autorização ou o ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO	178/2018
MODALIDADE	Pregão Eletrônico
Nº DA MODALIDADE	017/2018

10.11. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento, em substituição aos requeridos neste Edital e seus Anexos.

10.12. Se a documentação de habilitação contrariar qualquer dispositivo deste Edital e seus Anexos, o Pregoeiro considerará a proponente inabilitada.

10.13. Constatado o atendimento às exigências fixadas no Edital, a licitante será declarada vencedora.

11. DOS RECURSOS

11.1. Declarada a vencedora e decorrida a fase de regularização fiscal de microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo 30 (trinta) minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

11.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

11.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

11.2.2. A falta de manifestação motivada da licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

11.2.3. Uma vez admitido o recurso, será concedido o prazo de 3 (três) dias úteis para a recorrente apresentar suas razões, por meio do sistema eletrônico, ficando as demais licitantes, desde então, intimadas para, caso tenham interesse, apresentarem suas contrarrazões, também pelo sistema eletrônico, no prazo de 3 (três) dias úteis, que só começarão a contar após o término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.2.4. O CRCMG responderá, então, ao(s) recurso(s) e contrarrazões, também no sistema eletrônico, no prazo de até 5 (cinco) dias, contados do término do prazo das contrarrazões.

11.2.4.1. Ressalta-se que o Pregoeiro poderá registrar sua decisão e dar andamento à licitação, inclusive reabrindo a sessão pública, a qualquer tempo antes do término do referido prazo, sendo que, neste caso, o sistema Comprasnet convocará as licitantes participantes do certame, por meio dos e-mails cadastrados na plataforma

11.2.4.2. É de inteira responsabilidade das licitantes participantes, a manutenção dos seus dados cadastrais atualizados e o acompanhamento do andamento do certame, durante todo o período recursal, tendo em vista que o CRCMG não se responsabilizará pela perda de negócios, em função da ausência da licitante na sessão ou do não atendimento de uma requisição do Pregoeiro, pela inobservância da convocação realizada pelo Comprasnet".

11.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

12. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

12.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO	178/2018
MODALIDADE	Pregão Eletrônico
Nº DA MODALIDADE	017/2018

12.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

12.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando a licitante declarada vencedora não assinar o Contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

12.2. Todas as licitantes remanescentes deverão ser convocadas para acompanhar a sessão reaberta.

12.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat") ou e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

12.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade da licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

13. DA ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E CONTRATAÇÃO

13.1. A adjudicação do objeto do presente certame será viabilizada pelo Pregoeiro sempre que não houver recurso. Caso contrário, decididos os recursos, o objeto da licitação será adjudicado pela autoridade competente do CRCMG.

13.2. A homologação da licitação é de responsabilidade da autoridade competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto ao proponente vencedor pelo Pregoeiro, ou, quando houver recurso, pela própria autoridade competente.

13.3. Após a homologação, a contratação formalizar-se-á mediante a assinatura de instrumento particular, observadas as cláusulas e condições deste Edital e da proposta vencedora, conforme minuta do contrato, Anexo III, que integra este Edital.

13.4. A assinatura do contrato pelo adjudicatário dar-se-á no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contado da data de sua convocação pelo CRCMG.

13.4.1. Como condição para assinatura do contrato, a licitante vencedora deverá manter todas as condições de habilitação exigidas nesta licitação.

13.5. É facultado ao CRCMG, quando o adjudicatário não fizer a comprovação referida no subitem 13.4.1 ou quando, injustificadamente, recusar-se a assinar o contrato, no prazo e condições estabelecidas, convocar outra licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após comprovados os requisitos habilitatórios e feita a negociação, assinar o contrato, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

13.6. Da sessão pública do pregão, divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico, na qual constará a indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas ao certame licitatório.

14. DO CONTRATO

14.1. O contrato a ser firmado, cuja minuta, Anexo III, integra o presente Edital para todos os fins e efeitos de direito, regulamentará as condições de sua execução, bem como os direitos, obrigações e responsabilidades das partes, tudo em conformidade com os termos desta licitação e da proposta vencedora, sujeitando-se aos preceitos de direito público e aplicando-se supletivamente os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO	178/2018
MODALIDADE	Pregão Eletrônico
Nº DA MODALIDADE	017/2018

14.2. Quando da assinatura do contrato, a licitante deverá estar em conformidade com as condições de habilitação consignadas neste Edital, bem como durante a vigência do contrato.

14.3. A publicação resumida do instrumento de contrato (extrato) e de seus eventuais aditamentos na imprensa oficial, que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pela Administração, indicando a modalidade da licitação e seu número de referência.

14.4. As condições de entrega, vigência, condições de pagamento, acompanhamento e fiscalização, sanções e rescisão obedecerão às disposições constantes deste Edital e da Lei nº 8.666/93.

15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

15.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520/2002, a licitante/adjudicatária que:

15.1.1. Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocada dentro do prazo de validade da proposta, salvo caso fortuito ou força maior;

15.1.2. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

15.1.3. Apresentar documentação falsa exigida para o certame;

15.1.4. Não mantiver a proposta;

15.1.5. Cometer fraude fiscal; e

15.1.6. Comportar-se de modo inidôneo.

15.1.6.1. Considera-se comportamento inidôneo atos tais como os descritos nos artigos 92, parágrafo único, 96 e 97, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93

15.2. A licitante/adjudicatária que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens 15.1.1 a 15.1.6, ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

15.2.1. Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta da licitante;

15.2.2. Impedimento de licitar e de contratar com a Administração e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos.

15.3. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento.

15.4. A licitante microempresa ou empresa de pequeno porte que usufruir ou tentar usufruir dos benefícios previstos na Lei Complementar nº 123/2006, quando houver ultrapassado o limite de faturamento estabelecido no art. 3º da mencionada lei, no ano fiscal anterior, será declarado inidôneo para licitar e contratar com a administração pública, sem prejuízo das demais sanções.

15.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à licitante/adjudicatária, conforme previsto na Lei nº 8.666/93.

15.6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta da infratora, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

15.7. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO	178/2018
MODALIDADE	Pregão Eletrônico
Nº DA MODALIDADE	017/2018

15.8. As sanções por atos praticados durante a execução do contrato estão previstas no Termo de Referência – Anexo I – e na Minuta do Contrato – Anexo III.

16. DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

16.1. Até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá impugnar o ato convocatório deste Pregão, mediante petição a ser enviada exclusivamente para o endereço eletrônico licitacao@crcmg.org.br, até as 17h, no horário oficial de Brasília-DF.

16.2. O Pregoeiro, auxiliado pelo setor técnico competente, decidirá sobre a impugnação no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

16.3. Acolhida a impugnação contra este Edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

16.4. Os pedidos de esclarecimentos devem ser enviados ao Pregoeiro até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente para o endereço eletrônico licitacao@crcmg.org.br.

16.5. As respostas às impugnações e aos pedidos de esclarecimentos solicitados serão disponibilizadas no sítio do CRCMG www.crcmg.org.br para os interessados.

17. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1. Os horários estabelecidos neste Edital, no aviso e durante a sessão pública, observarão, para todos os efeitos, o horário de Brasília – DF, inclusive para contagem de tempo e registro no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

17.2. A participação da licitante pressupõe o conhecimento e aceitação de todas as condições previstas no Edital, não sendo consideradas quaisquer condições apresentadas em desconformidade com as suas exigências.

17.3. A licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação da licitante que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido a vencedora, a rescisão do contrato, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

17.4. A comunicação entre o Pregoeiro e as licitantes será realizada, exclusivamente, por meio das ferramentas disponíveis no sistema Comprasnet, sendo vedado qualquer atendimento presencial ou por meio de ligações telefônicas.

17.5. É facultada ao Pregoeiro ou à autoridade superior do CRCMG, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo licitatório, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

17.6. Após a abertura da sessão pública do pregão, não caberá desistência de proposta, salvo se por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

17.7. A ata será disponibilizada na Internet para acesso livre, imediatamente após o encerramento da sessão pública.

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO	178/2018
MODALIDADE	Pregão Eletrônico
Nº DA MODALIDADE	017/2018

17.8. A presente licitação poderá ser anulada em qualquer tempo, desde que seja constatada irregularidade no processo e/ou em seu julgamento, ou revogada por conveniência do CRCMG, sem que caiba às licitantes qualquer indenização.

17.9. No julgamento da habilitação e das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

17.10. Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, nos termos da legislação pertinente e dos Princípios Gerais de Direito.

17.11. As dúvidas e divergências que, eventualmente, possam surgir e que não possam ser dirimidas diretamente entre as partes, ficarão sujeitas ao Foro da Justiça Federal – Seção Minas Gerais, renunciando-se a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

17.12. Qualquer documento relativo a presente licitação deverá ser enviado ao Pregoeiro/Comissão de Apoio, na Rua Cláudio Manoel, 639, Bairro Savassi – CEP: 30.140-105 – Belo Horizonte-MG.

17.13. É de responsabilidade da licitante o acompanhamento do processo no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, até a data da realização da sessão pública, tendo em vista que quaisquer alterações referentes a este Edital serão disponibilizadas no referido endereço, opções Acesso Livre – Pregões – Agendados.

18. DOS ANEXOS

18.1. O presente Edital faz-se acompanhar dos seguintes anexos:

Anexo I – Termo de Referência;

Anexo II – Modelo de Proposta;

Anexo III – Minuta do Contrato;

Anexo IV - Atestado de Vistoria;

Anexo V – Declaração de ciência das informações e das condições de execução dos serviços.

Belo Horizonte, 22 de agosto de 2018.

Sérgio Robson Mafra
Pregoeiro do CRCMG

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO	178/2018
MODALIDADE	Pregão Eletrônico
Nº DA MODALIDADE	017/2018

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

ITEM 1 - SETOR SOLICITANTE

1.1. Gerência Administrativa e Financeira

ITEM 2 – DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO

2.1. Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva dos ar-condicionados instalados na sede do Conselho Regional de Contabilidade de Minas Gerais, incluindo os materiais e as ferramentas necessários à execução dos serviços, durante o período de 12 (doze) meses.

Item	Especificações gerais dos equipamentos	Marca	Qtd.
1	Modelo ZCA195RB - 19.000 BTUs	Springer	28
2	Modelo MCC125RB - 12.000 BTUs	Springer	18
3	Modelo ZCA305RB - 30.000 BTUs	Springer	4
4	Modelo ZCA215RB - 21.000 BTUs	Springer	4
5	Modelo Split wall teto / GSW 18-22L - 18000 BTUs	Gree	3
6	Modelo GST60 N SERIE 35704300011701	Gree	2
7	Modelo ACJ - 19.000 BTU/H	Springer	2
8	Modelo Split piso teto / GST 24-22L – 42.000 BTUs	Gree	2
9	Modelo 36000 BTU/H	Carrier	2
10	Modelo SL85GW/Y Conjunto Split -30.000 BTUs	St. Louis	2
11	Modelo Split piso teto / GST 24-22L – 24.000 BTUs	Gree	1
12	Modelo MPC-48 CR V2 FR - 48.000 BTUs	Midea	1
Total de aparelhos			69

2.2. Requisitos e Condições Gerais

2.2.1. Os serviços de manutenção preventiva, que buscam prevenir a ocorrência de quebras e defeitos nas instalações de ar-condicionado, mantendo-as em perfeito estado de uso, de acordo com projetos, manuais, normas técnicas dos fabricantes e da área de saúde, consistem na execução, pela CONTRATADA, de procedimentos rotineiros estabelecidos no Plano de Manutenção Operação e Controle - PMOC, mediante visitas mensais, trimestrais, semestrais e anual. Devendo, caso necessário, ser expedidas orientação ao CRCMG para adoção de eventuais medidas para a solução de problemas que, devido à estrutura local, possam estar ocasionando ou vir a ocasionar interferência no desempenho dos equipamentos.

2.2.2. A manutenção preventiva deverá ser executada em conformidade com a Portaria do Ministério da Saúde nº 3523/GM e NBR 1.397/97 da ABNT, observadas, ainda, as características técnicas dos equipamentos de ar-condicionado.

2.2.3. A CONTRATADA deverá elaborar, implantar e manter um Plano de Manutenção, Operação e Controle – PMOC. Este Plano deve conter a identificação do estabelecimento que possui ambientes climatizados, a descrição das atividades a serem desenvolvidas, as recomendações a serem adotadas em situações de falha do equipamento e de emergência, para a garantia da segurança dos equipamentos condicionadores e outras de interesse, conforme modelo descrito no Anexo I da Portaria nº 3.523 GM/MS/98 e especificações da NBR 13971/97 da ABNT.

2.2.3.1. O Plano de Manutenção, Operação e Controle – PMOC deverá ser elaborado pela CONTRATADA no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis após a assinatura do contrato.

2.2.3.2. A CONTRATADA deverá providenciar o registro do Plano de Manutenção, Operação e Controle – PMOC no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, de acordo com os normativos da Entidade fiscalizadora, no prazo máximo de até 5 (cinco) dias úteis após o término do prazo estabelecido no item 2.2.3.1.

2.2.4. Os serviços de manutenção preventiva e corretiva deverão ser executados por profissionais habilitados (técnicos/mecânicos de refrigeração), de acordo com os manuais dos fabricantes e segundo normas técnicas, utilizando de ferramentas adequadas, com vistas a manter os equipamentos em perfeitas condições de uso e garantindo a adequada climatização dos ambientes.

2.2.5. Os serviços de manutenção preventiva deverão ser realizados nas datas previamente programadas pelo CRCMG, em conformidade com a periodicidade fixada neste termo e no PMOC, de segunda a sexta-feira, no horário das 9h às 17h.

2.2.6. A CONTRATADA deverá executar a primeira manutenção preventiva no prazo de até 15 (quinze) dias úteis contados da assinatura do contrato.

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO	178/2018
MODALIDADE	Pregão Eletrônico
Nº DA MODALIDADE	017/2018

2.2.7. Os serviços de manutenção corretiva, programados regularmente, eventuais ou emergenciais, poderão ser demandados pelo CRCMG tantas vezes que se comprovar serem indispensáveis, com vistas à execução dos trabalhos necessários e suficientes para a imediata correção de defeitos e anormalidades nos equipamentos de ar-condicionado, a fim de que seja retomada sua utilização de forma segura, eficiente e econômica, devendo ser preferencialmente realizados de segunda a sexta-feira, no horário das 9h às 17h.

2.2.8. No caso de serviços de manutenção corretiva para a solução de anormalidades eventuais, a CONTRATADA deverá, após a comunicação do CRCMG, iniciar os procedimentos corretivos no prazo máximo de até 1 (um) dia útil.

2.2.9. No caso de serviços de manutenção corretiva emergencial relativa a acidentes de qualquer natureza, a CONTRATADA deverá, após a comunicação do CRCMG, adotar urgentes providências no sentido de sanear o problema em até 4 (quatro) horas.

2.2.10. Caso a CONTRATADA não promova o devido atendimento nos prazos fixados, fica o CRCMG autorizado a contratar os serviços necessários de outra empresa e a cobrar da CONTRATADA os custos respectivos, sem prejuízos das sanções contratuais cabíveis ou de perda de garantia dos equipamentos e materiais pertencentes aos equipamentos de ar-condicionado.

2.2.11. A requisição de serviços de manutenção corretiva, eventuais ou emergenciais poderá ser formalizada por meio de comunicação verbal (telefone) ou escrita (ofício, fax, e-mail, mensagem eletrônica).

2.2.12. Os serviços de manutenção preventiva e corretiva executados e os materiais empregados deverão obedecer rigorosamente:

- a) às prescrições e recomendações dos fabricantes relativamente ao emprego, uso, transporte e armazenagem de produtos;
- b) às normas, especificações técnicas e rotinas constantes do presente documento;
- c) às normas técnicas mais recentes da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) e do INMETRO (Instituto Nacional de Metrologia); em especial a NBR 5.410 – Instalações elétricas de baixa tensão; a NBR 16401-1 – Instalações de ar-condicionado;
- d) às disposições legais federais, estaduais e municipais pertinentes;
- e) aos regulamentos das empresas concessionárias de energia, água e esgoto;
- f) às normas técnicas específicas, se houver;
- g) às publicações da ASHRAE (American Society of Heating, Refrigerating and Air Conditioning Engineers), HVAC Systems Duct Design – SMACNA (Sheet Metal and Air Conditioning Contractor's National Association);
- h) às normas internacionais consagradas, na falta das normas da ABNT ou para melhor complementar os temas previstos por essas;
- i) à Portaria MARE nº 2.296/97 e atualizações – Práticas (SEAP) de Projetos, de Construção e de Manutenção;
- j) às normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho, em especial as seguintes:
- k) à NR-6: Equipamentos de Proteção Individual – EPI;
- l) à NR-10: Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade;
- m) à NR-18: Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção;
- n) à NR-23: Proteção Contra Incêndios;
- o) à Resolução CONFEA nº 425/98 (ART);
- p) à Portaria nº 3523/GM e 176/GM do Ministério da Saúde, bem como o preenchimento do PMOC, de acordo com as necessidades dos equipamentos.

2.2.13. Na execução das rotinas dos serviços de manutenção dos equipamentos de ar-condicionado, a CONTRATADA deve:

- a) observar estritamente as recomendações dos fabricantes e as instruções constantes de normas técnicas indicadas para a elevação da vida útil e melhoria do rendimento dos equipamentos;
- b) zelar pela integridade física das instalações, mediante eliminação de focos de corrosão, instalação de acessórios, apoios e realização de serviços de purga, pintura e revestimentos protetores;
- c) observar as prescrições da Portaria nº 3.523 GM/MS/98, em especial as disposições dos artigos 5º e 6º, procedendo conforme determinações descritas a seguir:



CRCMG

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE
DE MINAS GERAIS

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO	178/2018
MODALIDADE	Pregão Eletrônico
Nº DA MODALIDADE	017/2018

- 1) manter limpos os componentes dos equipamentos (bandejas, serpentinas, desumidificadores, ventiladores, venezianas, grelhas e difusores) de forma a evitar a difusão ou multiplicação de agentes nocivos à saúde humana e manter a boa qualidade do ar interno;
- 2) utilizar, na limpeza dos componentes dos equipamentos de ar-condicionado, produtos biodegradáveis devidamente registrados no Ministério da Saúde para esse fim;
- 3) manter em condições de operação os filtros, promovendo sua substituição, quando necessário;
- 4) remover as partículas sólidas, retiradas dos equipamentos de ar-condicionado após a limpeza, e acondicioná-las em recipientes e locais adequados;
- 5) preservar a captação de ar externo livre de possíveis fontes poluentes externas que apresentem riscos à saúde humana;
- 6) garantir a adequada renovação do ar no interior dos ambientes climatizados; e
- 7) manter um responsável técnico habilitado com as seguintes atribuições:
 - I. implantar e manter um Plano de Manutenção, Operação e Controle – PMOC. Este Plano deve conter a identificação do estabelecimento que possui ambientes climatizados, a descrição das atividades a serem desenvolvidas, as recomendações a serem adotadas em situações de falha do equipamento e de emergência, para a garantia da segurança dos equipamentos condicionadores e outras de interesse, conforme modelo descrito no Anexo I da Portaria nº 3.523 GM/MS/98 e especificações da NBR 13971/97 da ABNT;
 - II. garantir a aplicação do PMOC por intermédio da execução contínua direta ou indireta deste serviço;
 - III. manter disponível o registro dos procedimentos estabelecidos no PMOC; e
 - IV. divulgar os procedimentos e resultados das atividades de manutenção, operação e controle em relatórios mensais.

2.2.14. A CONTRATADA deverá alocar profissionais altamente especializados para o desenvolvimento dos trabalhos. A qualquer tempo, o CRCMG poderá solicitar a substituição de qualquer membro da equipe técnica da CONTRATADA, desde que entenda que seja benéfico ao desenvolvimento dos serviços.

2.2.15. Todos os serviços concluídos deverão ser testados pela CONTRATADA, sob sua responsabilidade técnica e financeira, na presença da fiscalização do CRCMG, ficando a aceitação final condicionada à comprovação da efetiva realização das rotinas relativas à manutenção preventiva programada, assim como, na hipótese de manutenção corretiva, ao restabelecimento do uso do sistema de ar-condicionado.

2.2.16. Na execução dos serviços, para as tarefas de limpeza, a CONTRATADA deverá utilizar somente produtos biodegradáveis registrados no Ministério da Saúde, sendo proibida a utilização de substâncias classificadas como carcinogênicas, teratogênicas e mutagênicas, ou que venham causar danos ou corrosões nos equipamentos de ar-condicionado.

2.2.17. A CONTRATADA deverá reparar, corrigir ou refazer, às suas expensas, no total ou em parte, os serviços em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução.

2.2.18. A CONTRATADA deverá registrar, no prazo máximo de até 7 (sete) dias da assinatura do contrato, no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA competente, a devida Anotação de Responsabilidade Técnica pelos serviços objeto deste Procedimento, em nome do(s) responsável(is) técnico(s) indicado(s) em sua habilitação técnica.

2.2.19. Para a prestação dos serviços de manutenção objeto deste Procedimento, caberá a CONTRATADA fornecer e conservar equipamento e ferramenta necessários, usar mão de obra idônea e obter materiais, sob sua responsabilidade, necessários em quantidade suficiente e de reconhecida qualidade, de forma a assegurar a perfeita execução dos serviços nos prazos fixados.

2.2.20. O CRCMG não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de qualquer responsabilidade da CONTRATADA para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos, subempreiteiros ou terceirizadas.

2.2.21. Nenhuma alteração na estrutura física deverá ser executada sem a prévia aprovação do CRCMG.

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO	178/2018
MODALIDADE	Pregão Eletrônico
Nº DA MODALIDADE	017/2018

2.2.22. Se, para viabilizar seus trabalhos, a CONTRATADA necessitar elaborar pareceres e desenhos técnicos de execução, deverá fazê-los às suas expensas exclusivas e submetê-los à aprovação do CRCMG.

2.2.23. A CONTRATADA deverá levar em conta todas as precauções e zelar permanentemente para que as suas operações não provoquem danos físicos ou materiais ao CRCMG e/ou a terceiros.

2.2.24. A CONTRATADA responderá perante o CRCMG e a terceiros por atos, falhas ou omissões suas. Todas as questões, reclamações, demandas judiciais, ações por perdas ou danos e indenizações oriundas de danos causados pela CONTRATADA serão de sua inteira responsabilidade, não cabendo, em nenhuma hipótese, responsabilidade solidária por parte do CRCMG.

2.2.25. A CONTRATADA cuidará para que os serviços a serem executados acarretem a menor perturbação possível aos serviços públicos, às vias de acesso, e a todo e qualquer bem, público ou privado, adjacente ao CRCMG. Também providenciará toda e qualquer sinalização e/ou isolamento das áreas de serviço.

2.2.26. A CONTRATADA cuidará para que todas as áreas onde realizarem serviços permaneçam sempre limpas, arrumadas e com os materiais organizados. Providenciará, ainda, a retirada imediata de detritos e sobras de material tão logo conclua as operações relativas ao serviço executado.

2.2.27. A remoção de todo entulho eventualmente produzido pelos serviços de manutenção preventiva e corretiva do ar-condicionado será de responsabilidade da CONTRATADA, devendo arcar exclusivamente com o correspondente custo sem ônus adicional para o CRCMG.

2.2.28. As normas de segurança constantes destas especificações não desobrigam a CONTRATADA do cumprimento de outras disposições legais, federais, municipais e estaduais pertinentes, sendo de sua inteira responsabilidade os processos, ações ou reclamações, movidas por pessoas físicas ou jurídicas em decorrência de negligência nas precauções exigidas no trabalho ou da utilização de materiais inaceitáveis na execução dos serviços.

2.2.29. O fiscal do contrato, designado pelo CRCMG, e toda pessoa por ele autorizada terão livre acesso aos serviços e a todos os locais onde estejam sendo realizados trabalhos, estocados e/ou fabricados materiais e equipamentos referentes ao contrato, ainda que nas dependências da CONTRATADA.

2.2.30. A CONTRATADA interromperá total ou parcialmente a execução dos trabalhos sempre que:

- a) assim estiver previsto e determinado no contrato;
- b) for necessário para a execução correta e fiel dos trabalhos, nos termos do contrato e de acordo com o projeto;
- c) houver influências atmosféricas sobre a qualidade ou a segurança dos trabalhos na forma prevista no contrato;
- d) houver alguma falta cometida pela CONTRATADA, desde que esta, a juízo do CRCMG, possa comprometer a qualidade dos trabalhos subsequentes; e
- e) o CRCMG assim o determinar ou autorizar, por escrito.

2.2.31. No caso em que a CONTRATADA provoque, como resultado das suas operações, danos às áreas internas ou externas do CRCMG, ainda que não incluídas no setor de seu trabalho, ela deverá recuperá-las deixando-as em conformidade com o seu estado original.

2.2.32. Quando houver necessidade de movimentar ou modificar equipamentos e elementos existentes nas dependências do CRCMG, a fim de facilitar a execução de seus serviços, a CONTRATADA deverá solicitar previamente ao CRCMG autorização para tais deslocamentos e modificações.

2.2.33. Correrá por conta exclusiva da CONTRATADA a responsabilidade por quaisquer acidentes na execução dos serviços contratados, pelo uso indevido de patentes registradas dos produtos que fornecer e pela destruição ou danificação até a aceitação dos serviços pelo CRCMG.

2.2.34. A CONTRATADA deverá submeter-se aos controles de programação, de supervisão e de fiscalização de serviços, na forma apresentada pelo fiscal do contrato, inclusive quanto ao controle de acesso e de presença dos prestadores de serviço e de controle de emprego de materiais e de produtos utilizados para a prestação dos serviços na sede do CRCMG.

2.2.35. Nenhuma modificação poderá ser feita nas especificações dos serviços sem autorização expressa do CRCMG.



CRCMG

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE
DE MINAS GERAIS

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO	178/2018
MODALIDADE	Pregão Eletrônico
Nº DA MODALIDADE	017/2018

2.2.36. A inobservância das presentes especificações técnicas implicará a aceitação parcial ou recusa total dos serviços, devendo a CONTRATADA refazer a parcela ou objeto integral recusado, sem direito à indenização.

2.3. DA MANUTENÇÃO PREVENTIVA

2.3.1. As manutenções preventivas deverão ser realizadas com periodicidade mensal, trimestral, semestral e anual; de acordo com os seguintes procedimentos, em cada caso:

2.3.2. A manutenção mensal compreenderá os seguintes procedimentos:

- a) Verificar ruídos e vibrações anormais,
- b) Limpeza de evaporador,
- c) Limpeza de filtro de ar,
- d) Medir o diferencial de pressão,
- e) Verificar e eliminar frestas dos filtros,
- f) Limpar/lavar (quando recuperável) ou substituir (quando descartável) o elemento filtrante,
- g) Verificar grades de ventilação/ exaustão,
- h) Verificar chave seletora,
- i) Verificar atuação do termostato,
- j) Verificar válvula reversora,
- k) Medir e registrar tensão elétrica na alimentação, do compressor e motores,
- l) Medir e registrar corrente elétrica ventilador/compressor,
- m) Medir e registrar temperatura ar insuflamento, retorno e ambiente,
- n) Efetuar reaperto dos terminais, parafusos e molas,
- o) Verificar estado de fiação, terminais e contatos elétricos,
- p) Limpar bandeja condensação e dreno e sua operação,
- q) Verificar a vedação dos painéis de fechamento do gabinete,
- r) Verificar a tensão das correias, para evitar o escorregamento nas polias,
- s) Lavar as serpentinas e bandejas com remoção do biofilme (lodo) sem o uso de produto desengraxante e corrosivo,
- t) Limpar o gabinete do condicionador e ventiladores (carcaça e rotor),
- u) Verificar o funcionamento da resistência de aquecimento do cárter,
- v) Verificar filtro e secador,
- w) Verificar carga de gás refrigerante e vazamentos,
- x) Verificar nível de óleo do compressor,
- y) Verificar a operação da válvula de expansão,
- z) Verificar e calibrar os dispositivos de segurança (pressostatos de alta/baixa e óleo),
- aa) Verificar e calibrar os dispositivos de segurança, relés térmicos e fusíveis,
- bb) Verificar a calibragem e regulagem do termostato de controle de temperatura do ambiente.

2.3.3. A manutenção trimestral compreenderá os seguintes procedimentos:

- a) Eliminar danos e sujeiras e corrosão no gabinete, na moldura da serpentina e na bandeja,
- b) Verificar e eliminar sujeiras, danos e corrosão.

2.3.4. A manutenção semestral compreenderá os seguintes procedimentos:

- a) Verificar a operação dos controles de vazão,
- b) Verificar resistência de isolamento dos motores e compressores.

2.3.5. A manutenção anual compreenderá os seguintes procedimentos:

- a) Limpeza de condensador,
- b) Verificar protetor térmico compressor,
- c) Verificar estado de conservação do isolamento termoacústico do gabinete.

2.4. DA MANUTENÇÃO CORRETIVA

2.4.1. Sendo verificada, durante a manutenção preventiva mensal, trimestral, semestral ou anual a necessidade de manutenção corretiva, é obrigação da CONTRATADA executá-la.

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO	178/2018
MODALIDADE	Pregão Eletrônico
Nº DA MODALIDADE	017/2018

2.4.2. Fica estabelecido que, durante a manutenção preventiva mensal, trimestral, semestral ou anual, é obrigação da CONTRATADA executar, após a aprovação e se disponível o material de reposição, o correspondente serviço de manutenção corretiva, promovendo a substituição das partes e peças, recomposição, reparo, conserto, bem como toda a ação necessária, com emprego de materiais ou não, ao perfeito funcionamento do equipamento.

2.5. DOS INSUMOS (MATERIAIS, PEÇAS, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS)

2.5.1. Dos materiais de consumo e limpeza

2.5.1.1. O fornecimento dos materiais de consumo e limpeza, necessários à execução dos serviços, durante toda a vigência do contrato, será de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA, sem nenhum ônus ao CRCMG.

2.5.1.2. São considerados materiais de consumo e limpeza, destinado a viabilizar os trabalhos dos profissionais envolvidos na execução do objeto contratual, bem como imprescindíveis à execução dos serviços de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos de ar-condicionado: álcool, água destilada, óleos lubrificantes, detergentes, sabões, vaselina, estopas, panos, Bombril, utensílios e produtos químicos de limpeza, graxas e desengraxantes, desencrustantes, produtos anti-ferrugem, WD40, solventes, materiais de escritório, fitas isolantes, fitas teflon veda rosca, colas e adesivos para tubos de PVC, epóxi, colas Araldite e Super Bonder, Durepoxi, pilhas para lanterna e buchas de nylon, lixas, escovas de aço e nylon, massa de vedação, material de soldagem, brocas, oxigênio, nitrogênio, acetileno e outros similares. Desse modo, a CONTRATADA deverá incluir no preço dos serviços os correspondentes custos.

2.5.1.3. A permanência de material de consumo e limpeza nas dependências do CRCMG será permitida somente pelo tempo que durar o serviço executado, devendo a CONTRATADA, ao término da atividade, providenciar, às suas expensas, a retirada dos remanescentes.

2.5.2. Das ferramenta e equipamentos

2.5.2.1. O fornecimento de todas as ferramentas, equipamentos e aparelhos de medição e testes necessários a execução dos serviços de manutenção preventiva e corretiva, será de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA, sem nenhum ônus ao CRCMG.

2.5.2.2. A permanência de ferramentas, equipamento e aparelhos nas dependências do CRCMG será permitida somente pelo tempo que durar o serviço executado, devendo a CONTRATADA, ao término da atividade, providenciar, às suas expensas, a retirada dos aparatos.

2.5.3. Das peças e materiais de reposição

2.5.3.1. Os custos com o fornecimento das peças e materiais de reposição serão de responsabilidade do CRCMG, devendo a CONTRATADA apresentar, de imediato, orçamento detalhado para viabilizar a compra, com a completa identificação individualizada dos itens necessários aos serviços de manutenção, indicando obrigatoriamente a marca e modelo das peças ou materiais, acompanhados de seus correspondentes quantitativos e preços unitários.

2.5.3.2. O processo de aquisição da peças e materiais de reposição poderá ser realizado diretamente pelo CRCMG ou autorizado à CONTRATADA que providencie a compra da peça ou material necessário, mediante ressarcimento posterior, desde que o correspondente orçamento detalhado tenha sido previamente apresentado e aprovado pelo CRCMG e que esteja dentro do preço praticado no mercado.

2.5.3.3. O CRCMG poderá recusar o orçamento apresentado pela CONTRATADA, cujo valor esteja muito acima do praticado pelo mercado, podendo obter orçamento específico por sua própria iniciativa para efeito comparativo.

2.5.3.4. São considerados peças e materiais de reposição: fusíveis, relés de proteção, capacitores, parafusos, rolamentos, terminais elétricos, cabos elétricos, disjuntores, fluidos e gás refrigerantes, filtros e circuitos de controle de temperatura e pilhas, compressores, ventiladores, controle remoto, placa eletrônica e demais peças e materiais integrantes dos equipamentos de ar-condicionado.

2.5.3.5. Todas as peças e materiais a serem empregados nos serviços deverão ser novos, do mesmo fabricante dos originais, e compatíveis com as especificações técnicas, sujeitos ao exame e à aprovação do CRCMG.

2.5.3.6. As peças, componentes e materiais substituídos são de propriedade do CRCMG, devendo, por ocasião do término dos respectivos trabalhos, serem entregues pela CONTRATADA ao fiscal do contrato.

2.6. Do deslocamento e do transporte dos equipamentos

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO	178/2018
MODALIDADE	Pregão Eletrônico
Nº DA MODALIDADE	017/2018

2.6.1. As vias de acesso internas e externas não poderão ser bloqueadas por equipamentos, materiais, instalações ou assemelhados da CONTRATADA de forma a não prejudicar o desenvolvimento das rotinas internas do CRCMG. Qualquer situação que porventura venha causar algum transtorno deve ser comunicada antecipada ou imediatamente ao fiscal do contrato.

2.6.2. Havendo a necessidade de deslocamento de qualquer equipamento, completo ou em partes, das dependências do CRCMG, todos os custos envolvidos no processo, incluindo o transporte vertical e horizontal, correrão sob as expensas da CONTRATADA.

2.6.3. A retirada do equipamento, completo ou em partes, deverá ser precedida de autorização por escrito do CRCMG, mantida em registro próprio sua retirada e devolução.

ITEM 3 – JUSTIFICATIVA COM INTERESSE PÚBLICO EVIDENCIADO

3.1. A contratação dos serviços de manutenção preventiva e corretiva dos ares-condicionados se justificam em razão da necessidade de conservação das condições de conforto da climatização em ambientes fechados, observadas as condições de salubridade e de boa qualidade do ar, como forma de proteção da saúde e bem-estar das pessoas que ocupam o edifício sede do CRCMG, assim como de preservação e de prolongamento da vida útil dos equipamentos.

3.2. A manutenção do ar-condicionado é atividade desenvolvida por empresas especializadas que, na execução de suas atividades, devem cumprir os parâmetros definidos em legislação específica, além da observância às normas técnicas da ABNT pertinentes à atividade, utilizando, no processo de limpeza, invariavelmente produtos biodegradáveis e registrados no Ministério da Saúde.

3.3. Considerando a importância do tema, em janeiro de 2018, foi promulgada a Lei nº 13.589, determinando que todos os edifícios de uso público ou coletivo que possuem ambientes de ar interior climatizado artificialmente devem dispor de um Plano de Manutenção, Operação e Controle – PMOC, dos respectivos sistemas de climatização, visando à eliminação ou minimização dos riscos potenciais à saúde dos ocupantes destes imóveis.

3.4. O Plano de Manutenção, Operação e Controle – PMOC, a ser elaborado pela empresa CONTRATADA, deve conter a identificação do estabelecimento que possui ambientes climatizados, a descrição das atividades a serem desenvolvidas, a periodicidade de execução, as recomendações a serem adotadas em situações de falha do equipamento e de emergência, para garantia de segurança do sistema de climatização e de seus usuários, conforme especificações contidas no Anexo I da Portaria nº 3.523/98 do Ministério da Saúde e na NBR 13.971/97 da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT.

3.5. Dessa forma, a contratação dos serviços de manutenção preventiva e corretiva dos ares-condicionados busca promover e implantar procedimentos necessários à conservação e à durabilidade dos equipamentos em condições adequadas de uso; empregando, na execução dos serviços, materiais biodegradáveis e não agressores ao meio ambiente e à salubridade das pessoas; visa ainda à garantia da boa qualidade do ar interior, inclusive de temperatura, umidade, velocidade, taxa de renovação e grau de pureza, afastando ou reduzindo os possíveis danos à saúde humana, que podem vir a ocorrer devido à má conservação e higienização dos equipamentos.

ITEM 4 - INDICAÇÃO DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Centro de Custo: 321	Projeto: 5008	Conta contábil: 6.3.1.3.02.01.029
----------------------	---------------	-----------------------------------

ITEM 5 – PRAZO PREVISTO DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO OU DE ENTREGA DO OBJETO

5.1. A primeira manutenção preventiva deverá ser realizada pela CONTRATADA no prazo de até 15 (quinze) dias úteis contados da assinatura do contrato.

5.2. Os serviços de manutenção preventiva deverão ser realizados nas datas previamente programadas pelo CRCMG, em conformidade com a periodicidade fixada neste Termo de Referência e no Plano de Manutenção Operação e Controle - PMOC, de segunda a sexta-feira, no horário das 9h às 17h.

5.3. Os serviços de manutenção corretiva, programados regularmente, eventuais ou emergenciais, poderão ser demandados pelo CRCMG tantas vezes que se comprovar serem indispensáveis, com vistas à execução dos trabalhos necessários e suficientes para a imediata correção de defeitos e anormalidades nos equipamentos de ar-condicionado, a fim de que seja retomada sua utilização de forma segura, eficiente e econômica, devendo ser preferencialmente realizados de segunda a sexta-feira, no horário das 9h às 17h.

5.4. No caso de serviços de manutenção corretiva para a solução de anormalidades eventuais, a CONTRATADA deverá, após a comunicação do CRCMG, iniciar os procedimentos corretivos no prazo máximo de até 1 (um) dia útil.

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO	178/2018
MODALIDADE	Pregão Eletrônico
Nº DA MODALIDADE	017/2018

5.5. No caso de serviços de manutenção corretiva emergencial relativa a acidentes de qualquer natureza, a CONTRATADA deverá, após a comunicação do CRCMG, adotar urgentes providências no sentido de sanear o problema em até 4 (quatro) horas.

5.6. Caso a CONTRATADA não promova o devido atendimento nos prazos fixados, fica o CRCMG autorizado a contratar os necessários serviços de outra empresa e a cobrar da CONTRATADA os custos respectivos, sem prejuízos das sanções contratuais cabíveis ou de perda de garantia dos equipamentos e materiais pertencentes aos equipamentos de ar-condicionado.

5.7. A requisição de serviços de manutenção corretiva, eventuais ou emergenciais poderá ser formalizada por meio de comunicação verbal (telefone) ou escrita (ofício, fax, e-mail, mensagem eletrônica).

ITEM 6 – LOCAL PARA A REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS OU ENTREGA DO MATERIAL

6.1. Os serviços serão prestados na sede do CRCMG, onde estão instalados os equipamentos de ar-condicionado, localizada na Rua Cláudio Manoel, 639, Savassi, Belo Horizonte-MG.

6.2. Em caso de necessidade, os equipamentos poderão ser deslocados para as dependências da CONTRATADA, mediante prévia autorização do CRCMG por escrito, ficando a cargo da CONTRATADA todos os custos envolvidos no processo, incluindo o transporte vertical e horizontal.

DATA	ASSINATURA DO GERENTE ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO
Agosto/2018	

ITEM 7 – MODALIDADE DA LICITAÇÃO

7.1. Pregão Eletrônico.

ITEM 8 – TIPO DE LICITAÇÃO

8.1. Menor Preço.

ITEM 9 – VALOR DE REFERÊNCIA

Item	Especificações Gerais dos Equipamentos	Marca	Qtd.	Preço Médio Mensal
1	Modelo ZCA195RB - 19.000 BTUs	Springer	28	R\$ 1.262,34
2	Modelo MCC125RB - 12.000 BTUs	Springer	18	R\$ 811,51
3	Modelo ZCA305RB - 30.000 BTUs	Springer	4	R\$ 180,33
4	Modelo ZCA215RB - 21.000 BTUs	Springer	4	R\$ 180,33
5	Modelo Split wall teto / GSW 18-22L - 18000 BTUs	Gree	3	R\$ 135,25
6	Modelo GST60 N SERIE 35704300011701	Gree	2	R\$ 90,17
7	Modelo ACJ - 19.000 BTU/H	Springer	2	R\$ 85,17
8	Modelo Split piso teto / GST 24-22L - 42.000 BTUs	Gree	2	R\$ 90,17
9	Modelo 36000 BTU/H	Carrier	2	R\$ 90,17
10	Modelo SL85GW/Y Conjunto Split -30.000 BTUs	St. Louis	2	R\$ 90,17
11	Modelo Split piso teto / GST 24-22L - 24.000 BTUs	Gree	1	R\$ 45,08
12	Modelo MPC-48 CR V2 FR - 48.000 BTUs	Midea	1	R\$ 45,08
VALOR TOTAL MENSAL				R\$ 3.105,77
VALOR TOTAL POR 12 (DOZE) MESES				R\$ 37.269,24

9.1. O valor de referência pela prestação dos serviços de manutenção preventiva e corretiva dos ar-condicionados instalados na sede do CRCMG, incluindo os materiais e as ferramentas necessários à execução dos serviços, durante o período de 12 (doze) meses, nas especificações e condições estabelecidas neste Termo de Referência é de **R\$ 37.269,24 (trinta e sete mil, duzentos e sessenta e nove reais e vinte e quatro centavos)**.

9.2. Os valores de referência acima listados, correspondem aos valores máximos que a Administração se propõe a pagar, ou seja, se os valores da proposta da licitante que ofertar o melhor lance estiverem acima dos valores de referência e a licitante não aceitar a negociação proposta pelo pregoeiro, sua proposta de preços será recusada, sendo convocada a próxima licitante para negociação.

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO	178/2018
MODALIDADE	Pregão Eletrônico
Nº DA MODALIDADE	017/2018

9.3. Havendo inclusão ou exclusão de equipamento, o valor global da proposta apresentada pela licitante será ajustado proporcionalmente em relação à quantidade de equipamentos (sessenta e nove), ou seja, 1/69 avos do preço por unidade, acrescida ou suprimida ao contrato.

9.4. No valor que vir a oferecer deverão ser incluídas todas as despesas relativas com os profissionais e equipamentos, bem como, taxas, alimentação, transporte, hospedagem, enfim, todos os encargos fiscais, comerciais, trabalhistas e previdenciários, resultantes da prestação dos serviços objeto deste Procedimento.

ITEM 10 – CRITÉRIOS DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

10.1. No julgamento das propostas, será considerada vencedora a que apresentar **MENOR PREÇO GLOBAL**, desde que atendidas às especificações constantes deste Edital e de seus Anexos.

10.2. Será desclassificada a proposta que, para sua viabilização, apresente vantagens ou subsídios que não estejam previamente autorizados em lei, assim como as que não se encontrem em conformidade com os requisitos estabelecidos no presente Edital.

10.3. O julgamento das propostas será de acordo com a sistemática do site de compras denominado www.comprasgovernamentais.gov.br, em consonância com a legislação vigente.

ITEM 11 – FORMA DE PAGAMENTO E REAJUSTE

11.1. O CRCMG efetuará o pagamento até o 10º (décimo) dia útil, do mês subsequente ao da prestação dos serviços, mediante apresentação da nota fiscal, com as devidas deduções legais, bem como das certidões de regularidade junto ao FGTS, ao INSS e à Justiça do Trabalho, além da Declaração de Optante pelo Simples Nacional, se for o caso.

11.2. Serão descontados sobre o pagamento a ser realizado, as devidas retenções de tributos e contribuições, conforme determina a Instrução Normativa nº. 1.234, de 11/01/2012, da Secretaria da Receita Federal.

11.3. O valor ofertado é fixo, não comportando qualquer correção no curso de vigência do contrato.

ITEM 12 – GARANTIA E MANUTENÇÃO

12. A CONTRATADA deverá fornecer garantia, pelos serviços prestados, de, no mínimo, 90 (noventa) dias, contados da sua efetiva entrega, ainda que após o término da vigência contratual.

ITEM 13 – PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

13. O contrato vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, se houver interesse do CRCMG, por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada a sessenta meses, e será regido pelas Leis nº 10.520/02 e nº 8.666/93 e pelo Código de Defesa do Consumidor.

ITEM 14 – SANÇÕES E PENALIDADES POR INEXECUÇÃO OU INADIMPLEMENTO

14.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666/93 e do art. 7º da Lei nº 10.520/2002, a CONTRATADA que atrasar injustificadamente a entrega dos produtos e/ou serviços, falhar, fraudar ou descumprir qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação e/ou deixar de executar total ou parcialmente o objeto do contrato, ficando sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

14.1.1. **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

14.1.2. **Multa de:**

- I. 0,5% (meio por cento) por dia sobre o valor da parcela inadimplida, em caso de atraso injustificado, limitada a incidência a 30 (trinta) dias. Após o trigésimo dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
- II. 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, em caso de descumprimento de quaisquer obrigações assumidas, por ocorrência;
- III.
- IV. 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

14.1.2.1. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem III, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO	178/2018
MODALIDADE	Pregão Eletrônico
Nº DA MODALIDADE	017/2018

14.1.2.2. Reserva-se ao CRCMG o direito de reter e compensar, dos pagamentos da CONTRATADA, as multas referidas no item 14.1.2, assegurado o contraditório e a apresentação de defesa prévia, nos termos da legislação vigente.

14.1.3. **Suspensão temporária** do direito de participar em licitação e **impedimento de contratar** com a Administração, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

14.1.4. **Impedido de licitar e contratar** com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos.

14.2. As sanções poderão ser aplicadas de modo cumulativo ou não, independentemente de sua quantidade.

14.3. Além das sanções acima previstas, o contrato poderá ser rescindido pelos motivos previstos nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93.

ITEM 15 – INDICAÇÃO DA EXISTÊNCIA DE PROJETO BÁSICO E EXECUTIVO, SE FOR O CASO

Não se aplica.

ITEM 16 – INDICAÇÃO DO FUTURO FISCAL DO CONTRATO

16.1. O contrato será fiscalizado por funcionário da Gerência Administrativa e Financeira.

ITEM 17 – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

17.1. Prestar os serviços, objeto deste Procedimento, cumprindo os prazos e atendendo integralmente a todas condições e especificações estabelecidas neste Termo de Referência e no contrato.

17.2. Nomear o preposto para representá-la durante a execução do contrato.

17.3. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos no PMOC, observando a prática da boa técnica e a legislação vigente.

17.4. Submeter-se à fiscalização do CRCMG, na execução dos serviços, seguindo todas as orientações repassadas.

17.5. Responsabilizar-se por todas as despesas com os insumos, como materiais de limpeza, ferramentas e equipamentos necessários à completa prestação dos serviços, exceto em relação às peças e materiais de reposição.

17.6. Responsabilizar-se por todas as despesas com mão de obra, acidentes de trabalho, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, transportes, fretes, equipamentos, seguros, tarifas, taxas, tributos, contribuições de qualquer natureza ou espécie, salários e quaisquer outras despesas necessárias à perfeita execução dos serviços contratados.

17.7. Assumir inteira responsabilidade, civil, administrativa e penal por danos materiais ou pessoais causados ao CRCMG e/ou a terceiros provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas por seus empregados, contratados ou prepostos envolvidos na execução do contrato, decorrentes de dolo ou culpa.

17.8. Respeitar as normas de controle de bens e de fluxo de pessoas nas dependências do CRCMG.

17.9. Reparar, corrigir, remover ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, os serviços respectivos em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados sob sua responsabilidade, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas da notificação, sem ônus para o CRCMG.

17.10. Responsabilizar-se pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados.

17.11. Utilizar, na execução dos serviços, somente profissionais especializados, aptos à execução dos serviços, em conformidade com as condições e especificações constantes deste Termo de Referência e da legislação vigente aplicada à atividade.

17.12. Manter os seus empregados, designados para prestação dos serviços na sede do CRCMG, devidamente identificados por crachá e uniforme.

17.13. Cuidar para que o preposto indicado mantenha permanente contato com o fiscal do contrato, adotando as providências requeridas relativas à execução dos serviços pelos empregados da CONTRATADA.

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO	178/2018
MODALIDADE	Pregão Eletrônico
Nº DA MODALIDADE	017/2018

17.14. Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados acidentados ou acometidos de mal súbito, por meio do preposto.

17.15. Instruir os seus empregados quanto à prevenção de acidentes e de incêndios.

17.16. Solicitar ao fiscal do contrato a autorização formal para retirada de quaisquer equipamentos pertencentes ao CRCMG.

17.17. Utilizar, na execução dos serviços, equipamentos e ferramentas adequados, os quais deverão estar em ótimas condições de funcionamento, com qualidade e tecnologia apropriadas.

17.18. Fornecer aos seus empregados, exigindo o uso permanente enquanto em serviço, todos os equipamentos de segurança recomendados pelas normas regulamentares e, quando for o caso, afastar do serviço aqueles empregados que se negarem a usá-los.

17.19. Responsabilizar-se pelos custos com os deslocamentos de seus empregados designados para execução dos serviços na sede do CRCMG, independentemente do meio de transporte utilizado.

17.20. Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, na hipótese de ocorrerem, forem vítimas os seus empregados durante a execução do contrato, ainda que acontecido nas dependências da CRCMG.

17.21. Emitir as notas fiscais com as devidas deduções legais, devendo ser apresentada, juntamente, com as certidões de regularidade junto ao FGTS, ao INSS e à Justiça do Trabalho, além da Declaração de Optante pelo Simples Nacional, se for o caso.

17.22. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no ato convocatório, devendo comunicar ao CRCMG a superveniência de fato impeditivo da manutenção dessas condições.

17.23. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato, na forma da legislação vigente.

ITEM 18 – OBRIGAÇÕES DO CRCMG

18.1. Proporcionar as condições necessárias à execução dos serviços objeto deste Procedimento, assim como prestar, prontamente, as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA.

18.2. Efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidas no contrato.

18.3. Acompanhar e fiscalizar o andamento dos serviços, por intermédio do funcionário do CRCMG designado como Fiscal do contrato.

18.4. Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços entregues em desacordo com as obrigações assumidas pela empresa CONTRATADA.

18.5. Comunicar à CONTRATADA toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do serviço.

18.6. Notificar a CONTRATADA, por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade.

18.6. Responsabilizar-se pelos custos de aquisição das peças e dos materiais de reposição necessários à manutenção dos equipamentos.

DATA	ASSINATURA DO GERENTE ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO
Agosto/2018	
DATA	ASSINATURA DA PRESIDENTE DO CRCMG
Agosto/2018	

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO	178/2018
MODALIDADE	Pregão Eletrônico
Nº DA MODALIDADE	017/2018

ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA

Ao
CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE MINAS GERAIS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 017/2018

EMPRESA: _____

CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

TELEFONE: _____

(E-MAIL): _____

Em atendimento ao Edital do Pregão em epígrafe, apresentamos a(s) seguinte(s) proposta(s) de preços.

ITEM I			
1. Objeto:			
2. Especificações: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva dos ares-condicionados instalados na sede do Conselho Regional de Contabilidade de Minas Gerais, incluindo os materiais e as ferramentas necessários à execução dos serviços, durante o período de 12 (doze) meses, conforme condições e especificações estabelecidas no Edital nº 017/2018 e seu Anexo I – Termo de Referência.			
Item	Especificações Gerais	Marca	Qtd.
1	Modelo ZCA195RB - 19.000 BTUs	Springer	28
2	Modelo MCC125RB - 12.000 BTUs	Springer	18
3	Modelo ZCA305RB - 30.000 BTUs	Springer	4
4	Modelo ZCA215RB - 21.000 BTUs	Springer	4
5	Modelo Split wall teto / GSW 18-22L - 18000 BTUs	Gree	3
6	Modelo GST60 N SERIE 35704300011701	Gree	2
7	Modelo ACJ - 19.000 BTU/H	Springer	2
8	Modelo Split piso teto / GST 24-22L – 42.000 BTUs	Gree	2
9	Modelo 36000 BTU/H	Carrier	2
10	Modelo SL85GW/Y Conjunto Split -30.000 BTUs	St. Louis	2
11	Modelo Split piso teto / GST 24-22L – 24.000 BTUs	Gree	1
12	Modelo MPC-48 CR V2 FR - 48.000 BTUs	Midea	1
Total equipamentos			69
VALOR MENSAL		R\$ (.....)	
VALOR GLOBAL (12 MESES)		R\$ (.....)	

Validade da Proposta: 60 (sessenta) dias.

Condições de pagamento: O CRCMG efetuará o pagamento até o 10º (décimo) dia útil, do mês subsequente ao da prestação dos serviços, mediante apresentação da nota fiscal, com as devidas deduções legais, bem como das certidões de regularidade junto ao FGTS, ao INSS e à Justiça do Trabalho, além da Declaração de Optante pelo Simples Nacional, se for o caso.

Serão descontados sobre os pagamentos a serem realizados, as devidas retenções de tributos e contribuições, conforme determina a Instrução Normativa nº. 1.234, de 11/01/2012, da Secretaria da Receita Federal.

O valor ofertado será fixo, não comportando qualquer correção no curso de vigência do contrato.

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO	178/2018
MODALIDADE	Pregão Eletrônico
Nº DA MODALIDADE	017/2018

Havendo inclusão ou exclusão de equipamento, o valor global desta proposta será ajustado proporcionalmente em relação à quantidade de equipamentos (sessenta e nove), ou seja, 1/69 avos do preço por unidade, acrescida ou suprimida ao contrato.

Submetemo-nos a todas as condições do Edital nº 017/2018, inclusive quanto ao cumprimento na íntegra do respectivo Termo de Referência - Anexo I.

Dados do representante legal da empresa, responsável pela assinatura do contrato:

Nome:

Função:

CPF:

Telefone/Fax:

Endereço Eletrônico (e-mail):

_____ de _____ de 2018.

Assinatura do representante legal da empresa

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO	178/2018
MODALIDADE	Pregão Eletrônico
Nº DA MODALIDADE	017/2018

ANEXO III - MINUTA DE CONTRATO

Contrato de prestação de serviços que entre si fazem, de um lado, o **CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE MINAS GERAIS**, com sede em Belo Horizonte, Minas Gerais, na Rua Cláudio Manoel, 639, Bairro Savassi, inscrito no CNPJ/MF sob o número 17.188.574/0001-38, representado por seu presidente, Contador XXXXXXXXXXXXXXX, de ora em diante denominado CRCMG, e, de outro, XXXXXXXXXXXXXXX, com sede em XXXXXXXXXXXXXXX, XXXXXXXXXXXXXXX, na Rua/AVXXXXXXXXXX, nº XXXX, Bairro XXXX, inscrita no CNPJ sob o nº XXXXXX, neste ato representado por seu representante legal, XXXXXXXX, de ora em diante denominada CONTRATADA, sujeitando as partes contratantes às normas constantes na Lei nº 10.520, de 17/7/2002, Lei Complementar nº 123, de 13/12/2006 e Decreto nº 8.538, de 06/10/2015, com aplicação subsidiária das normas da Lei nº 8.666, de 21/06/93, mediante as cláusulas e condições que se seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva dos ares-condicionados instalados na sede do Conselho Regional de Contabilidade de Minas Gerais, incluindo os materiais e as ferramentas necessários à execução dos serviços, durante o período de 12 (doze) meses, conforme condições e especificações estabelecidas no Edital nº 017/2018 e seu Anexo I – Termo de Referência.

1.2. Integram este contrato o Anexo I - Termo de Referência do Edital nº 017/2018 e a proposta apresentada pela CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

2.1. Prestar os serviços, objeto deste Procedimento, cumprindo os prazos e atendendo integralmente a todas condições e especificações estabelecidas no Termo de Referência do Edital nº 017/2018 e neste contrato.

2.2. Nomear o preposto para representá-la durante a execução do contrato.

2.3. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos no PMOC, observando a prática da boa técnica e a legislação vigente.

2.4. Submeter-se à fiscalização do CRCMG, na execução dos serviços, seguindo todas as orientações repassadas.

2.5. Responsabilizar-se por todas as despesas com os insumos, como materiais de limpeza, ferramentas e equipamentos necessários à completa prestação dos serviços, exceto em relação às peças e materiais de reposição.

2.6. Responsabilizar-se por todas as despesas com mão de obra, acidentes de trabalho, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, transportes, fretes, equipamentos, seguros, tarifas, taxas, tributos, contribuições de qualquer natureza ou espécie, salários e quaisquer outras despesas necessárias à perfeita execução dos serviços contratados.

2.7. Assumir inteira responsabilidade, civil, administrativa e penal por danos materiais ou pessoais causados ao CRCMG e/ou a terceiros provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas por seus empregados, contratados ou prepostos envolvidos na execução do contrato, decorrentes de dolo ou culpa.

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO	178/2018
MODALIDADE	Pregão Eletrônico
Nº DA MODALIDADE	017/2018

2.8. Respeitar as normas de controle de bens e de fluxo de pessoas nas dependências do CRCMG.

2.9. Reparar, corrigir, remover ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, os serviços respectivos em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados sob sua responsabilidade, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas da notificação, sem ônus para o CRCMG.

2.10. Responsabilizar-se pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados.

2.11. Utilizar, na execução dos serviços, somente profissionais especializados, aptos à execução dos serviços, em conformidade com as condições e especificações constantes do Termo de Referência do Edital nº 017/2018 e da legislação vigente aplicada à atividade.

2.12. Manter os seus empregados, designados para prestação dos serviços na sede do CRCMG, devidamente identificados por crachá e uniforme.

2.13. Cuidar para que o preposto indicado mantenha permanente contato com o fiscal do contrato, adotando as providências requeridas relativas à execução dos serviços pelos empregados da CONTRATADA.

2.14. Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados acidentados ou acometidos de mal súbito, por meio do preposto.

2.15. Instruir os seus empregados quanto à prevenção de acidentes e de incêndios.

2.16. Solicitar ao fiscal do contrato a autorização formal para retirada de quaisquer equipamentos pertencentes ao CRCMG.

2.17. Utilizar, na execução dos serviços, equipamentos e ferramentas adequados, os quais deverão estar em ótimas condições de funcionamento, com qualidade e tecnologia apropriadas.

2.18. Fornecer aos seus empregados, exigindo o uso permanente enquanto em serviço, todos os equipamentos de segurança recomendados pelas normas regulamentares e, quando for o caso, afastar do serviço aqueles empregados que se negarem a usá-los.

2.19. Responsabilizar-se pelos custos com os deslocamentos de seus empregados designados para execução dos serviços na sede do CRCMG, independentemente do meio de transporte utilizado.

2.20. Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, na hipótese de ocorrerem, forem vítimas os seus empregados durante a execução do contrato, ainda que acontecido nas dependências da CRCMG.

2.21. Emitir as notas fiscais com as devidas deduções legais, devendo ser apresentada, juntamente, com as certidões de regularidade junto ao FGTS, ao INSS e à Justiça do Trabalho, além da Declaração de Optante pelo Simples Nacional, se for o caso.

2.22. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas,

CLÁUSULA TERCEIRA - OBRIGAÇÕES DO CRCMG

3.1. Proporcionar as condições necessárias à execução dos serviços objeto deste Procedimento, assim como prestar, prontamente, as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA.

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO	178/2018
MODALIDADE	Pregão Eletrônico
Nº DA MODALIDADE	017/2018

3.2. Efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidas no contrato.

3.3. Acompanhar e fiscalizar o andamento dos serviços, por intermédio do funcionário do CRCMG designado como Fiscal do contrato.

3.4. Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços entregues em desacordo com as obrigações assumidas pela empresa CONTRATADA.

3.5. Comunicar à CONTRATADA toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do serviço.

3.6. Notificar a CONTRATADA, por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade.

3.6. Responsabilizar-se pelos custos de aquisição das peças e dos materiais de reposição necessários à manutenção dos equipamentos.

CLÁUSULA QUARTA - DOS CUSTOS

4.1. Pela execução dos serviços objeto deste contrato o CRCMG pagará a CONTRATADA o valor mensal de R\$ (.....), cujo desembolso dar-se-á com recursos previstos em dotação orçamentária própria, sob a rubrica 6.3.1.3.02.01.029.

4.2. O valor global pela prestação dos serviços no período de 12 (doze) meses é de R\$ (.....).

4.3. Havendo inclusão ou exclusão de equipamento, o valor global do contrato será ajustado proporcionalmente em relação à quantidade de equipamentos (sessenta e nove), ou seja, 1/69 avos do preço por unidade, acrescida ou suprimida ao contrato.

4.3. Serão descontados sobre os pagamentos a serem realizados, as devidas retenções de tributos e contribuições, conforme determina a Instrução Normativa nº. 1.234, de 11/01/2012, da Secretaria da Receita Federal.

4.4. No valor que vir a oferecer deverão ser incluídas todas as despesas com os profissionais e equipamentos, bem como, taxas, alimentação, transporte, hospedagem, enfim, todos os encargos fiscais, comerciais, trabalhistas e previdenciários, resultantes da prestação dos serviços objeto deste contrato.

4.5. Os valores estipulados acima são fixos, não comportando qualquer correção no curso de vigência do contrato.

CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.1. O CRCMG efetuará o pagamento até o 10º (décimo) dia útil, do mês subsequente ao da prestação dos serviços, mediante apresentação da nota fiscal, com as devidas deduções legais, bem como das certidões de regularidade junto ao FGTS, ao INSS e à Justiça do Trabalho, além da Declaração de Optante pelo Simples Nacional, se for o caso.

CLÁUSULA SEXTA - PRAZO PREVISTO DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO OU DE ENTREGA DO OBJETO

6.1. Na execução do contrato, deverão ser obedecidos os seguintes prazos:

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO	178/2018
MODALIDADE	Pregão Eletrônico
Nº DA MODALIDADE	017/2018

6.1.1. A primeira manutenção preventiva deverá ser realizada pela CONTRATADA no prazo de até 15 (quinze) dias úteis contados da assinatura do contrato.

6.1.2. Os serviços de manutenção preventiva deverão ser realizados nas datas previamente programadas pelo CRCMG, em conformidade com a periodicidade fixada no Termo de Referência e no Plano de Manutenção Operação e Controle - PMOC, de segunda a sexta-feira, no horário das 9h às 17h.

6.1.3. Os serviços de manutenção corretiva, programados regularmente, eventuais ou emergenciais, poderão ser demandados pelo CRCMG tantas vezes que se comprovar serem indispensáveis, com vistas à execução dos trabalhos necessários e suficientes para a imediata correção de defeitos e anormalidades nos equipamentos de ar-condicionado, a fim de que seja retomada sua utilização de forma segura, eficiente e econômica, devendo ser preferencialmente realizados de segunda a sexta-feira, no horário das 9h às 17h.

6.1.4. No caso de serviços de manutenção corretiva para a solução de anormalidades eventuais, a CONTRATADA deverá, após a comunicação do CRCMG, iniciar os procedimentos corretivos no prazo máximo de até 1 (um) dia útil.

6.1.5. No caso de serviços de manutenção corretiva emergencial relativa a acidentes de qualquer natureza, a CONTRATADA deverá, após a comunicação do CRCMG, adotar urgentes providências no sentido de sanear o problema em até 4 (quatro) hora.

6.1.6. Caso a CONTRATADA não promova o devido atendimento nos prazos fixados, fica o CRCMG autorizado a contratar os necessários serviços de outra empresa e a cobrar da CONTRATADA os custos respectivos, sem prejuízos das sanções contratuais cabíveis ou de perda de garantia dos equipamentos e materiais pertencentes aos equipamentos de ar-condicionado.

6.1.7. A requisição de serviços de manutenção corretiva, eventuais ou emergenciais poderá ser formalizada por meio de comunicação verbal (telefone) ou escrita (ofício, fax, e-mail, mensagem eletrônica).

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA

7.1. O contrato vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, se houver interesse do CRCMG, por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada a sessenta meses, e será regido pelas Leis nº 10.520/02 e nº 8.666/93 e pelo Código de Defesa do Consumidor.

CLÁUSULA OITAVA - DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

8.1. O contrato será fiscalizado por funcionários da Gerência Administrativa e Financeira.

CLÁUSULA NONA - DAS SANÇÕES

9.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666/93 e do art. 7º da Lei nº 10.520/2002, a CONTRATADA que atrasar injustificadamente a entrega dos produtos e/ou serviços, falhar, fraudar ou descumprir qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação e/ou deixar de executar total ou parcialmente o objeto do contrato, ficando sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

9.1.1. **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

9.1.2. **Multa de:**

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO	178/2018
MODALIDADE	Pregão Eletrônico
Nº DA MODALIDADE	017/2018

- I. 0,5% (meio por cento) por dia sobre o valor da parcela inadimplida, em caso de atraso injustificado, limitada a incidência a 30 (trinta) dias. Após o trigésimo dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
- II. 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, em caso de descumprimento de quaisquer obrigações assumidas, por ocorrência;
- III. 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

9.1.2.1. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem III, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

9.1.2.2. Reserva-se ao CRCMG o direito de reter e compensar, dos pagamentos da CONTRATADA, as multas referidas no item 9.1.2, assegurado o contraditório e a apresentação de defesa prévia, nos termos da legislação vigente.

9.1.3. **Suspensão temporária** do direito de participar em licitação e **impedimento de contratar** com a Administração, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

9.1.4. **Impedido de licitar e contratar** com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos.

9.2. As sanções poderão ser aplicadas de modo cumulativo, independentemente de sua quantidade.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO

10.1. O contrato poderá ser rescindido pelos motivos previstos nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

11.1. Fica eleito o foro da Justiça Federal - Seção Minas Gerais, para dirimir as questões oriundas deste contrato, com renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem as partes justas e contratadas, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor, para um só efeito.

Belo Horizonte, XX de XXXXXX de 2018.

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE MINAS GERAIS
Contador XXXXXXXX

EMPRESA XXXX
XXXXXXXXX – XXXXXXXX

Testemunhas

Assinatura: _____

Assinatura: _____

CPF: _____

CPF: _____

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO	178/2018
MODALIDADE	Pregão Eletrônico
Nº DA MODALIDADE	017/2018

ANEXO IV – ATESTADO DE VISTORIA

Atesto que a empresa _____,
representada pelo(a) Sr(a). _____,
visando à formalização de proposta relativa ao Pregão Eletrônico 017/2018, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva dos ares-condicionados instalados na sede do Conselho Regional de Contabilidade de Minas Gerais, incluindo os materiais e as ferramentas necessários à execução dos serviços, durante o período de 12 (doze) meses, conforme condições e especificações estabelecidas no Anexo I – Termo de Referência do Edital nº 017/2018, tomou conhecimento das atuais condições, dimensões e demais circunstâncias que possam oferecer dificuldades à perfeita execução dos serviços.

Assinatura: _____
(representante da empresa)

Nome:

R.G.:

Cargo:

O representante da empresa, para comprovação de sua condição, deverá apresentar:

- Documento de identificação;
- Carta de Apresentação devidamente assinada por quem de direito.

Belo Horizonte, XX de XXXX de 2018.

Gerente Administrativo e Financeiro do CRCMG

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO	178/2018
MODALIDADE	Pregão Eletrônico
Nº DA MODALIDADE	017/2018

ANEXO IV – DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA DAS INFORMAÇÕES E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

[EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA]

A empresa xxxxxxxxxxxxxxxx, com sede no endereço: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, inscrita no CNPJ sob o nº _____.____/____-____, por meio de seu representante legal, Sr(a) xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, portador do CPF nº xxxxxxxxxxxxxxxx e RG nº xxxxxxxxxxxxxxxx, para fins de participação no Pregão Eletrônico nº 017/2018, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva dos ares-condicionados instalados na sede do Conselho Regional de Contabilidade de Minas Gerais, incluindo os materiais e as ferramentas necessários à execução dos serviços, durante o período de 12 (doze) meses, conforme condições e especificações estabelecidas no Anexo I – Termo de Referência do Edital nº 017/2018, **DECLARA** ter pleno conhecimento das condições e das especificações dos equipamentos de ar-condicionado, assim como dos locais em que estão instalados, assumindo, dessa forma, todos os riscos e consequências relativos à prestação integral dos serviços, isentando o CRCMG de qualquer ônus futuro por incompatibilidade dos seus custos decorrentes do adimplemento do objeto.

Assinatura: _____
(Nome do representante da empresa)

Nome:

R.G.:

Cargo: